

BA

BOLETIM ARQUITECTOS
NÚMERO 229
JAN 13
ANO XX



ORDEM DOS
ARQUITECTOS



INTERVIEWS • THE LAST OF THE FAMOUS...

os felizardos. Noutras circunstâncias diria que saí do meu país por vontade, mas na atual situação agrego a necessidade. Explico-me melhor, possivelmente se as circunstâncias, política e económica, fossem diferentes teria feito o mesmo, saído por vontade, porque tenho uma curiosidade pessoal em vivenciar outros lugares, construir em ambientes diferentes, ver tradições diversas, pessoas com outras feições, com outra forma de pensar. Acredito que é uma troca cultural cheia de benefícios profissionais e pessoais, para mim e para os demais. Se for por vontade. Ora pois. Procurei por oportunidades em Portugal, não as encontrei. Assim a vontade passou a necessidade. É nesta situação que está a internacionalização em Portugal, tornou-se numa arma de salvação mais do que numa forma de enriquecimento e troca política, económica e cultural, tornou-se num escape mais do que valorização do bom que temos. De repente, temos que sair para poder ter algo de bom no nosso país. A diferença entre a minha posição e a de outras pessoas que se sentem obrigadas a seguir trilhos internacionais é que não vejo esta necessidade como uma fatalidade. Disfruto-a. Acho que até agradeço. Mas respeito outras posições. No entanto a vontade de alguns não se pode tornar na necessidade de todos. Surgem oportunidades, sim, abrem-se portas, sim, aprende-se, sim, enriquece-se, sim! Não desdenho a internacionalização, critico a forma ou as circunstâncias em que se verifica atualmente. Não é por acaso que este tema se encontra sobre a mesa de todas as casas, precisamente agora, nesta conjuntura, é essencialmente porque a vontade se tornou na necessidade urgente, como uma espécie de último recurso. Porque não há de outra. Que remédio! É este ponto que critico. O caminho da internacionalização dos arquitetos portugueses já foi outro, no tempo dos outros, agora o percurso é distinto, porque caminhos alternativos estão bloqueados.

Aqui mudo o rumo do discurso. Arrisco-me a que o meu texto não seja publicado por ser demasiado negativista, *mejor cambiar*, como se diz por cá. De qualquer forma sinto que esta reflexão é necessária e pertinente para que, de alguma forma, a necessidade não se torne na razão *per se* e seja apenas uma pedra no caminho. Dou outro exemplo. O caso mais recente e comentado nos últimos meses tem sido a exportação de cortiça, produto nacional que cada vez mais tem sido utilizado por artistas e arquitetos de todo o mundo. Apesar de não ser algo recente, veja-se o Pavilhão de Portugal para a Expo 2010 e produtos que já se vendiam antes no estrangeiro, tornou-se no último ano o motivo para concursos internacionais e matéria de projetos como o pavilhão de Verão da Serpentine Gallery, desenhado por Herzog & de Meuron e o artista Ai Weiwei. Oxalá haja mais “cortiças”, mas não apenas porque seja necessário fazê-lo para equilibrar os números de ficheiros excel, senão que haja primordialmente a vontade de as dar a conhecer por se acreditar que têm qualidades que merecem ser reconhecidas inter-

nacionalmente e contribuem para melhorar cenários fora do país. Dizia, a este respeito Carlos Jesus, diretor de Marketing e Comunicação da Corticeira Amorim, ao PÚBLICO que “isto não é uma questão de moda”, “é resultado de um longo trabalho de educação”, ou seja, é porque se acredita que este material tem qualidades, ambientais e outras, que merecem ser valorizadas e não porque de repente se tenha que fazer. A necessidade deve ser colmatada com a vontade de internacionalizar e não o contrário. Outro exemplo recente, já aqui mencionado, é o do arquiteto Pedro Gadanho que foi o escolhido para curador de Arquitetura Contemporânea no Departamento de Arquitetura e Design do Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova Iorque. Acredito e arrisco-me a dizer que não o fez apenas por necessidade, no sentido aplicado neste texto, dado que conciliava a curadoria com a arquitetura, a docência e a escrita, mas porque, como o próprio disse numa entrevista ao semanário Sol, “o MoMA permite-me passar para outra escala.” Mais do que necessidade, tinha a vontade de o fazer certamente.

Volto a insistir na diferença entre a internacionalização como instrumento de difundir bons produtos e bons profissionais num panorama globalmente interligado e dependente, da internacionalização que apenas “pisca o olho” ao investimento e lucro e que, por necessidade, nos têm instigado. É apenas uma questão de ordem dos termos vontade e necessidade que, a meu ver, faz toda a diferença na postura a ter na internacionalização. Benditos sejam Pedro Gadanho e a cortiça que, por enquanto põem Portugal nas bocas do mundo. Venham mais. Volto a sublinhar. Não por necessidade. Não há pachorra para este discurso. Por vontade.

RICARDO ROXO MATIAS

arquiteto estagiário

2

INVESTIGANDO A INTERNACIONALIZAÇÃO: AS LIÇÕES DA PRIMEIRA OBRA ALÉM-PORTAS DO MAIS MEDIÁTICO ARQUITECTO PORTUGUÊS

Com frequência na investigação em arquitectura deparamo-nos com desafios, onde se torna pertinente “olhar para a história pois ela encerra lições para o futuro”. Ainda que possa não estar presente na consciência colectiva, a história recente da Arquitectura Portuguesa pode emprestar ideias sobre uma saída da situação actual quanto à sua ambicionada internacionalização. Há alguns anos que vimos desenvolvendo uma pesquisa com o título “A Percepção Internacional da Arquitectura Portuguesa 1976 – 1992”*.

Percorrendo as publicações onde se deu a divulgação Internacional da Arquitectura Portuguesa, que ainda que não surgida desses objectos aporta relevantes informações para o tema, encontramos-a em muitas páginas de revistas, livros, catálogos de exposições, actas de congressos, disseminados fora do nosso território nacional. Foi precisamente esses registos que temos seguido levando a um universo de novecentas entradas. Recorremos como mero exemplo a um caso, caso este que julgamos ser profícuo – o do arquitecto Português Siza Vieira e da sua primeira obra construída além-fronteiras, o conhecido edifício Bonjour Tristesse, em Berlim, no ano de 1984, na sequência da actividade do IBA.

Passamos então em retrospectiva os eventos mais directos, ainda que sucintamente. Assim, a construção do edifício ocorre na sequência de dois convites de Brigitte Fleck para a participação de Siza em dois concursos em Berlim: Görlitzer Bad e Fränkelufer, este último no âmbito do IBA, sem que tenham sido edificadas. Fleck trabalhava para o Senado de Berlim, instituição que anos antes tinha solicitado ao Internationales Design Zentrum (IDZ) soluções alternativas ao seu plano de edificações para a cidade, e cuja resposta a este desafio esteve na origem do modelo da criação do IBA. A estratégia foi delineada por François Burkhardt, o director do IDZ, que organizou duas semanas de projecto, uma em 1975 e outra em 1976, durante as quais vários arquitectos desenhavam propostas para áreas definidas da cidade de Berlim, tendo convidado para participar em ambas o arquitecto Português Siza Vieira. É nestas semanas que Kleihues e Hämer os futuros directores do IBA Neu e IBA Alt, respectivamente, tomam conhecimento e ficam impressionados com o trabalho de Siza. Burkhardt tinha sido apresentado a Siza, anos antes, por Vittorio Gregotti. Por sua vez, Gregotti tinha sido apresentado a Siza Vieira, num “Pequeno Congresso” realizado em Vitória, Espanha, em 1968, por Nuno Portas. Portas tinha decidido encetar uma estratégia de divulgação da Arquitectura Portuguesa que pôs em prática nas suas múltiplas viagens ao estrangeiro, tendo como primeiro resultado impresso, o n. 68 da revista Espanhola Hogar y Arquitectura sobre Siza Vieira em 1967.

Parando a retrospectiva deste caso interessa retirar aquilo que exemplifica, isto é, que na viabilidade de uma obra Portuguesa, mediaram-se dezassete anos entre a promoção do protagonista e a sedimentação de um exemplar construído. Tal deixa-nos um alerta para a divulgação da Arquitectura Portuguesa. O alerta de que é um esforço que vale a pena ser feito. Um esforço estratégico, persistente e consistente, sustentado na qualidade da arquitectura e no mérito dos arquitectos Portugueses, que arrastará consigo não só os efeitos culturais como também económicos.

CRISTINA EMÍLIA SILVA E GONÇALO FURTADO

**trabalho realizado no âmbito do Programa de Doutoramento da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.*

3

VÁ PARA FORA CÁ DENTRO | VÁ PARA DENTRO LÁ FORA

Num país de dez milhões de habitantes, onde a arquitectura é vista algures entre uma profissão de luxo ou um empecilho à pragmática tecnocracia dominante, a internacionalização da Arquitectura Portuguesa tem acontecido.

Ao longo dos anos, de forma institucional e colectiva – bienais, trienais, publicações, exposições – de forma individual – cursos, nomeações, menções e premiações – tem sido trilhado um percurso fora de portas que veio assegurar um reconhecimento internacional na cena arquitectónica. A atribuição de Pritzker Prize proporcionou, por outro lado, a mediatização deste reconhecimento internacional, fazendo eco dentro do próprio país. (Santos da casa não fazem milagres?!)

De que internacionalização falamos? No meio académico, na prática profissional, na divulgação de uma cultura arquitectónica de matriz nacional, na realização de projectos, na prestação de serviços?

O reconhecimento internacional da arquitectura nacional – aquela que se considerou institucionalmente como exportável é real, no meio disciplinar¹. Onde quer que um arquitecto português aterre (literal e figurativamente), um pré-conhecimento de uma cultura arquitectónica portuguesa aguarda-o, mesmo que com nuances romanceadas e lugares comuns não totalmente verdadeiros.

Mas, quando falamos em internacionalização agora, neste específico contexto político, económico, social, estaremos provavelmente a falar de exportação da arquitectura, da sua prática profissional. Tudo mudou: não havendo encomenda, não existem condições para o exercício da profissão de forma digna e independente. Como *hobby* ou *part-time* talvez, mas em claro contracício com o profissionalismo cada vez mais imprescindível na sua prática.

Será que falar em internacionalização agora será também falar em emigração dos arquitectos portugueses?²

Quando as ferramentas são o capital intelectual e criativo próprio, será uma condição da internacionalização da arquitectura portuguesa projectar em Portugal? Ou serão os arquitectos, eles próprios, o veículo da internacionalização, independentemente do sítio onde projectam? É um facto: o capital cultural português está a deslocalizar-se, a espalhar-se fora de fronteiras.

Da acalmia da possibilidade (ainda que ilusória), produtora de hábitos, certezas, garantias e ritos (comodismos e conformismos), transitou-se para a impossibilidade, dúvida e descrença. Esta nova condição tem em si as sementes de um recomeço, o impulso à reflexão, à acção, num novo debate da disciplina, das formas e condições da prática profissional.

¹ Não obstante o circuito fechado, dentro do já fechado circuito nacional, que nunca espelhou o que é [era] a arquitectura em Portugal, mas sim uma arquitectura peregrinante, nascida em Lisboa ou Porto.

² Será esta distinção relevante no seio da disciplina? Creio que nalgum momento o será, quando a distância permitir um olhar largo e uma reflexão profunda sobre o lugar da arquitectura em Portugal numa mudança de século de aparente bonança.